O ADENSAMENTO DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 E OS IMPACTOS PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL EM SERVICO SOCIAL.

Rocio Tamara Muñoz Aguirre¹

RESUMO

Este artigo aborda o adensamento da mercantilização da educação superior no contexto da pandemia do covid -19 e os impactos para a formação em serviço social. Propõe-se a identificar e descrever os principais impactos da mercantilização da política de educação superior e da pandemia na formação profissional em Serviço Social. A Metodologia utilizada contempla pesquisa bibliográfica em artigos e outras produções acadêmicas que discutem a formação profissional em Servico Social considerando tanto a mercantilização da educação superior, e produções atuais sobre as consequências da pandemia de Covid-19. São apresentadas as principais mudanças ocasionadas no ensino superior e na formação em serviço social no contexto pandêmico. Destacando-se a necessidade de reflexão crítica do processo de formação acadêmico-profissional em sintonia com o projeto político-pedagógico do curso e do projeto ético-político da profissão.

Palavras-chave: Estado: Formação Acadêmico-profissional, Servico social.

This article addresses the deepening of the commercialization of higher education policy in the covid-19 pandemics context and the impacts on social service training. It proposes to identify and describe the main commercialization impacts of higher education policy and the pandemic on professional training in Social Work. The methodology used includes bibliographic research of articles and other academic productions that discuss professional training in Social Work considering both the commercialization of higher education, and current productions on the consequences of the Covid-19 pandemic. The main changes caused in higher education and social service education in the pandemic context are presented. Highlighting the need for critical reflection of the process of academic-professional training in tune with the political-pedagogical project of the course and the ethical-political project of the profession.

Keywords: State; Academic-professional training. Social service.

¹ Docente da Faculdade UNINASSAU/Belém. Assistente Social. Discente da Especialização em Ciências Humanas: Sociologia, História e Filosofia - PUCRS. Mestre em Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento. E-mail: rocio tamara@hotmail.com

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de indagações provenientes do processo de mercantilização do ensino superior e de como a Covid-19² está adensando e visibilidade as assimetrias que já estavam em curso no Brasil. O tema exige o aprofundamento teórico a respeito da política pública de educação e da contradição existente na relação capital e trabalho, que transporta a educação para o âmbito das mercadorias, em que a formação se torna um produto que passa a atender a lógica mercadológica. Que transforma o aluno em consumidor de um serviço, e a educação superior em um cardápio variado de profissões. Um produto que alimenta o desejo de rápida inserção no mercado de trabalho, e que contraditoriamente nega o direito à educação enquanto ferramenta de transformação.

Neste cenário, é preciso verificar quais os impactos ocorridos na formação profissional em Serviço Social em decorrência da mercantilização da política de educação superior e da pandemia de Covid-19?

O artigo, portanto, se propõe a identificar e descrever os principais impactos da mercantilização da política de educação superior e da pandemia de Covid-19 na formação profissional em Serviço Social. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica por meio da consulta em artigos e outras produções acadêmicas dos que discutem a formação profissional em Serviço Social considerando tanto a mercantilização da educação superior, e produções que abordam as consequências da pandemia de Covid-19.

A discussão está organizada em 3 sessões, na primeira abordaremos a mercantilização da educação superior no Brasil. Na segunda sessão, trataremos da Educação superior no contexto da pandemia de Covid-19. E na terceira sessão, a formação acadêmico-profissional, abordando estes impactos da mercantilização da educação superior e da pandemia de Covid-19 nos cursos de serviço social.

² O primeiro caso de Covid-19 foi confirmado no Brasil no dia 26 de fevereiro. Leia mais em: https://saude.abril.com.br/medicina/grande-estudo-mostra-como-o-coronavirus-chegou-e-seespalhou-pelo-brasil/















2 A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Ao analisarmos a trajetória histórica da política de educação no Brasil veremos que a formação profissional sempre esteve atrelada ao trabalho, para o atendimento dos interesses do capital, e para acelerar o processo de desenvolvimento das forças produtivas. A contextualização é fundamental para compreendermos que todos os processos econômicos e políticos que ocorrem no bojo das relações sociais estão articulados ao desenvolvimento do capitalismo monopolista, e que este por sua vez, altera a dinâmica social.

O padrão de hegemonia burguesa, instaurado no Brasil, ao longo da história apresentou dificuldades em garantir até mesmo as reformas educacionais. (LIMA; PEREIRA, 2009). Uma vez que, o padrão dependente da educação superior é influenciado por meio da transplantação de conhecimentos e modelos de universidades europeias. Processo caracterizado em três níveis de empobrecimento: primeiro como não foram transplantados em blocos, mas fragmentados, verifica-se à implantação de unidades isoladas, diferentes das europeias; segundo as universidades limitaram-se a absorção de conhecimentos e valores produzidos pelos países centrais; e terceiro o que se buscava era formar um letrado com aptidões gerais (PRATTES; COLLARES, 2014).

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a expansão e o aceso a educação, passa a ser uma exigência do próprio capital, tanto para a qualificação da força de trabalho e o atendimento das alterações produtivas, como para a difusão da concepção de mundo burguesa, isto, sob a imagem de uma "política inclusiva" (LIMA; PEREIRA, 2009).

Entendemos que o Estado não é de modo algum, um poder que se impõe a sociedade de fora para dentro, para Engels (2012), tampouco é a realidade da ideia moral, nem a imagem e a realidade da razão, como propõe Hegel. O Estado é um produto da sociedade, quando esta alcança um determinado grau de desenvolvimento, portanto, é a confirmação de que essa sociedade se enredeou em uma irremediável contradição com ela própria, e está dividida em antagonismos irreconciliáveis. Para que esses antagonismos entre as classes com interesses

















Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

colidentes não se devorem ou se esgotem em uma luta inútil, faz-se necessário um poder colocado acima da sociedade, para amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ordem. Este poder que nasce da sociedade, mas que é posto acima dela: é o Estado. Assim sendo, de acordo com Engels (2012), o Estado nasce dessa necessidade de conter os antagonismos das classes, como emerge do conflito entre elas, é por regra, o Estado da classe mais poderosa, da economicamente dominante, que também se converte em classe politicamente dominante, adquirindo novos meios para a repressão e exploração. E desta relação entre o Estado e a Sociedade em resposta às expressões da questão social³ e das lutas sociais pela emancipação política, que emergem as políticas sociais.

Situada nessas determinações, a política social é, essencialmente, contraditória, já que resulta de relações complexas e contraditórias no âmbito do conflito e da luta de classes, envolvida nos processos de produção e reprodução do capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). Ainda que seja uma categoria determinada pelas relações produtivas do sistema capitalista, a política social também tem natureza pública, já que de acordo com Pereira (2009) ela envolve o Estado e a Sociedade, extrapolando a esfera institucional do Estado.

Deste modo, ela necessita e possibilita o exercício de controles democráticos. Mas, essa possibilidade deve estar circunscrita ao entendimento da política social dialeticamente contraditória, parte da totalidade das relações produtivas e sociais do capitalismo, ou seja, do entendimento da política social enquanto uma arena de conflitos que permite a formação de contrapoderes em busca de ganhos para a comunidade, de ampliação da cidadania e concretização do direito social (PEREIRA, 2009).

Concordamos com Frigotto (2001), que vivemos em tempos de profundas contradições, de uma inaceitável situação em que o avanço tecnológico, é ordenado e apropriado pelos detentores do capital em detrimento das mínimas condições de vida de mais de dois terços dos seres humanos. Que as reformas neoliberais, têm o

³ Concordamos com IAMAMOTO (2008) que questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta. Portanto, a sua análise deve recusar reducionismos econômicos, políticos ou ideológicos. Deve apreender o processo social em sua totalidade contraditória, reproduzindo na esfera da razão, o movimento da realidade em suas dimensões, particulares e singulares.

















Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

intuito de liberar o capital a sua natureza destrutiva e violenta, fazendo com que fracassem as possibilidades de o avanço científico qualificar a vida humana em todas as suas dimensões, inclusive diminuindo o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da vida biológica e social, dilatando o tempo livre, tempo que poderia ser destinado à liberdade, a fruição e gozo.

O resultado deste retorno ao livre mercado e ao capital sem regulamentação é denominado de horror econômico, é o tempo de ampliação do desemprego, da precarização do trabalho, da permanente angústia e insegurança, dos que para sobreviver possuem apenas a sua força de trabalho. É o tempo da modernidade competitiva, da reestruturação produtiva e da reengenharia, da qual estamos defasados e devemos nos ajustar.

Esta racionalidade econômica assenta suas bases no mercado global competitivo. E a flexibilidade global da produção, ocasionada pela revolução tecnológica e pela globalização econômica também alcança o mercado de trabalho. Com isto, o trabalho desinformaliza-se, dispersa-se, espalha-se, dessindicaliza-se, diversifica-se e torna-se cada vez mais escasso, apesar de seu caráter ainda altamente nacional, criando uma tensão básica no novo processo produtivo. Temos as demandas por elevação da qualificação do trabalhador, em razão da organização mais horizontal do trabalho, das múltiplas tarefas, da necessidade de treinamento permanente, da ênfase na corresponsabilidade do trabalhador (LIBANEO et al., 2012).

No Brasil, a reestruturação produtiva, diz Mota et al (1998, p.118), não substitui as tradicionais e conservadoras relações de trabalho, ao contrário, "vem reforçando-as por meio de novos e modernos padrões de produção". Temos como resultado índices elevados⁴ de desemprego e a precarização das condições de trabalho. Que contribui para a fragilização da organização sindical, e afeta as conquistas históricas da classe trabalhadora. E assim sendo, temos a criação de regimes e contratos flexíveis – a redução do emprego, regular o trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, partilha do trabalho, o estabelecimento de política salarial flexível, crescimento da economia informal, aumento do emprego no

⁴ De acordo com IBGE encerramos setembro de 2020 com uma taxa de desocupação em 14%.

















TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia

Consciên<mark>cia de Classe</mark> e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

setor de serviços de atividades autônomas, o anacronismo do poder sindical, o desemprego estrutural e/ou tecnológico, entre outros.

É neste cenário, que Libaneo et al. (2012) afirmam que vemos emergir as contradições entre a educação versus exploração no novo processo produtivo e a inclusão versus exclusão social no processo de globalização. Portanto, a contradição entre a educação voltada para o mercado de trabalho versus educação emancipadora, voltada para cidadania.

Libaneo et al. (2012) destacam também que em todas as reformas educativas, iniciadas a partir da década de 1980, a questão da qualidade aparece como tema central, denominado como paradigma da qualidade, que implica no estabelecimento de padrões de qualidade na educação. É importante compreender que nem a escola, e tampouco as universidades produzem mercadorias⁵, ambas não podem pautar-se pela lógica empresarial do "zero defeito", ou seja, pela perfeição, zero falha. A educação não pode estar centrada num padrão economicista. Uma vez que não se rege pelas finalidades de uma fábrica, a educação deve estar voltada para a formação humana, para a cidadania, para a valorização da vida em todas as suas dimensões⁶. Além de ser um direito social a educação é um pré-requisito para usufruir dos demais direitos, sejam civis, políticos e sociais.

A educação tem a marca histórica da exclusão, consubstanciada pela enorme desigualdade social, o que segundo Dias (2007) inicia com colonização e se estende até os dias atuais. Não podemos ignorar o contexto político e econômico, no entanto, a educação não pode estar subordinada ao modelo econômico e a serviço dele. Isto por quê:

[...] A educação de qualidade é aquela que promove para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e

⁶ A educação é um direito humano, e como tal se refere a direitos fundamentais da pessoa humana, aqueles que são essenciais à pessoa humana e que precisa ser respeitada como pessoa. São aqueles necessários para a satisfação das necessidades humanas fundamentais (DALLARI, 2007).















⁵ A este respeito concordamos com Lessa (2007) que entende que tanto a educação, quanto o serviço social são práxis inteiramente distintas, não transformam uma matéria-prima, e tampouco se voltam sobre objetos de trabalho, ambas interferem na reprodução de complexos sociais, atuam sobre as relações que se desdobram exclusivamente entre seres humanos. Uma vez que, objetos de trabalho e matéria-prima são características do processo homem natureza.



Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

afetivas indispensáveis ao entendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária [...] (LIBANEO et al., 2012, p. 132).

Nas reformas educacionais de meados dos anos de 1990, observa-se a presença na área educacional da racionalidade financeira, com preocupações sobre custo-benefício, eficácia na execução e excelência do produto. Preocupações provenientes do ambiente empresarial – ressurgindo dessa forma, a teoria do capital humano com novas roupagens. Com forte influência das agências internacionais⁷, pelos países centrais. O neoliberalismo critica o paternalismo estatal e a crescente estatização e regulação social que atuam sobre as liberdades fundamentais do indivíduo por meio das interferências arbitrárias – governo limitado. Abertura externa: privatizações, flexibilização das relações trabalhistas e desformalização, arrocho salarial, entre outros.

A educação superior, portanto, passa a ser vista como um campo amplo e lucrativo para a exploração de grandes grupos empresariais⁸ observa-se que a política educacional passa a ser condicionada pela lógica dos organismos financeiros internacionais, através do apoio do Estado Nacional. De acordo com Pereira (2008) as políticas sociais antes implementadas através de ação estatal e de cunho universal, passam a um segundo plano, com ações focalistas dos Estados e, ao mesmo tempo com uma abertura para a exploração mercadológica⁹ das necessidades sociais. Assim sendo, no tocante a educação, esta passa a ser concebida como "serviço", cujos objetivos se pautam na logica mercantil e tendo como finalidade última a obtenção de lucro. Transformando os indivíduos antes

⁹É importante destacar que processo de mercantilização do ensino superior é um fenômeno relacionado ao processo mais geral de legitimação de um diagnóstico econômico global, que tem origem nos organismos internacionais como a OCDE, Banco Mundial, Banco Interamericano, do que em aspectos particulares de contextos nacionais (PRATES; COLLARES, 2014).



PROMOTORES













⁷Organismos multilaterais – Banco Mundial; UNESCO; Cepal; INEP; MEC; MTB, entre outros difundiram em seus documentos de orientação das políticas de educação, especialmente no decurso da década de 1990, a nova agenda e a nova linguagem da articulação da educação e da produção do conhecimento, necessário ao capital e a sociedade tecnológica globalizada (LIBANEO et al., 2012).

⁸Grupos estes de capital aborto, ou seia partes das ações das empresas possuem ações abortas à

⁸Grupos estes de capital aberto, ou seja, partes das ações das empresas possuem ações abertas à negociação na Bolsa de valores.



Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

reconhecidos enquanto cidadãos, no campo do direito formal, a condição de cidadão-consumidor.

Ainda que de acordo com Silva (2010), a educação seja concebida juridicamente como um direito social e garantia fundamental, a partir de 1990, temos uma abertura definitiva do campo da educação para o mercado ofertada na qualidade de serviço, que intensifica a dimensão privada e produz o rebaixamento do ensino superior público de caráter universitário, surgindo como possibilidades outras modalidades de exploração deste serviço, como o são o ensino a distância, os cursos sequenciais e a flexibilização dos currículos¹⁰. Além de tornar-se possível a utilização de recursos públicos para garantir o financiamento da educação privada, como é o caso do Programa Universidade para Todos-PROUNI¹¹, que disponibiliza bolsas de estudos parciais ou integrais para pessoas de baixa renda.

O que temos no Brasil, a partir da década de 1990, de acordo com Silva (2010) é o processo contrarreforma do Estado, que constituiu uma reestruturação do significado das funções públicas e estatais. A tentativa de consolidar direitos sociais, após o fim do período conhecido como autocracia burguesa, esbarrou nos interesses dos monopólios, impôs um padrão de acumulação onde não há garantia de políticas universais e ainda passa a reivindicar a abertura para o mercado.

Portanto, a lógica dos monopólios de determinismo econômico é de absoluta mercantilização das relações sociais, a proposta de uma universidade laica, de qualidade e socialmente referenciada, balizada pelo ensino, pesquisa e extensão, como pilares fundamentais de sua estrutura ficaram extremamente ameaçados.

3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

¹¹Programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Portaria Normativa Nº 6, de 26 de fevereiro de 2014. Fonte: http://siteprouni.mec.gov.br/



PROMOTORES













¹⁰Aqui se referindo ao rebaixamento do ensino em uma formação empobrecida de capacidade crítica para pensar a realidade, em que se criam tipos de ensino superior direcionados para estamentos sociais determinados, o que na linguagem da iniciativa privada se traduz na identificação do ticket médio do curso, em que os alunos passam a representar objetivamente o valor de sua mensalidade, representados pela fração deste valor, ou seja, aluno = "\$".



Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

O avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, impulsionada por um pensamento pós-moderno esvaziado de criticidade, se articula a lógica da financeirização da economia e a imposição das determinações econômicas dos organismos internacionais colocando a educação definitivamente na pauta do capitalismo monopolista. O que passa a ocorrer de acordo com Silva (2010) é a defesa da educação enquanto mercadoria, que deve ser "universalizada" via mercado, entrando em conflito com a construção de uma educação pública. O alinhamento das instituições de ensino superior à dinâmica do mercado representa dois movimentos paralelos e concomitantes: de um lado temos a diversificação das fontes de financiamento¹² da educação e por outro, uma formação que deve atender ao tecnicismo formal do trabalho.

Os dados do último Censo do ensino superior de 2019 do INEP/MEC¹³ revelam que a educação à distância (EAD) foi à responsável por inserir o maior número de novos alunos no ensino superior brasileiro. Enquanto a entrada de novos estudantes por meio dessa modalidade cresceu 15,9%, no ensino presencial houve uma redução de 1,5%. Em 2019 a quantidade chega a 2.450.264, o que corresponde a 28,5% do total de matrículas da educação superior. Das 2.608 instituições, 302 são públicas, e destas 108 são universidades, 11 são centros universitários, 183 são faculdades e mais Centros Federais de Educação Técnica. E 2.306 são instituições privadas, sendo destas 90 universidades, 283 centros universitários, e 1.933 faculdades. Podemos constatar a partir destes dados a expansão das IES privadas, e o avanço restrito e condicionado das IES públicas por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, que estabeleceu metas para que as universidades aumentassem em 90% a taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais, e elevassem o número de alunos por professor para 18, o que na atualidade atinge em

12 Para além do FIES, hoje as instituições de ensino superior contam com sistemas de financiamentos próprios, a juros baixos, além de campanhas de ingresso via vestibular próprio, transferências de cursos, notas do Enem, entre outras formas.

¹³ A Portaria nº 197, de 10 de maio de 2021, que alterou o Cronograma do Censo da Educação Superior 2020. Os prazos foram postergados devido aos impactos da pandemia do Coronavírus (COVID-19) sobre ano letivo de 2020. Disponível https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/boletins/Boletim_n22_Censo_Superi or.pdf

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

média 10 alunos por professor, para que a instituição possa obter uma ampliação no orçamento.

A formação acadêmico-profissional neste contexto de expansão do ensino superior, implica refletir sobre a política pública de educação, o papel do Estado, as contradições do sistema capitalista e seus impactos no processo de formação, a partir das atuais exigências do mercado de trabalho torna-se fundamental. Requer integrar o complexo debate sobre a relação educação-trabalho, em que as universidades devem se adaptar as exigências do mercado, e se reger por ideais de gestão, de planejamento, de previsão, de controle e êxito, deixando de lado a sua função social. Há um desvio no reconhecimento da educação enquanto direito, que a transporta para o campo dos serviços com sua ampla rede de oferta, e modalidade de ensino: EAD; híbrido¹⁴ e/ou ubíquo¹⁵. Devemos compreender que a questão não se restringe a incorporação ou não de tecnologia trazida pelas plataformas incorporadas ao ensino e aprendizagem do formato remoto que com a pandemia da covid-19 se instaurou, embora este processo já estivesse acontecendo de forma gradual, a exemplo da incorporação de metodologias ativas¹⁶.

Este processo de incorporação das novas metodologias e o ensino remoto vem impactando o processo de ensino-aprendizagem, a formação acadêmicoprofissional, por estar desconectada da realidade¹⁷ dos alunos que se encontram excluídos do acesso a estas ferramentas, adensando as desigualdades sociais.

4 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: IMPACTOS DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DA PANDEMIA DE COVID-19

Refletir as transformações no campo da formação acadêmico/profissional dos cursos de serviço social é fundamental. Reconhecer o significado social da profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, enquanto especialização

¹⁷ É necessário considerar as desigualdades sociais presentes no cotidiano de nossos alunos estejam em IES privadas ou públicas.















¹⁴ Combina duas modalidades de ensino: presencial e a distância.

¹⁵ A aprendizagem acontece em qualquer lugar, a qualquer tempo, a partir de vários dispositivos de acesso e redes de interconexão

¹⁶ Consiste em uma forma de ensino no qual os alunos são estimulados a participar do processo de forma mais direta.



TRABALHO ALIENADO. DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

do trabalho coletivo, conectada com as lutas da classe trabalhadora para a defesa e ampliação dos diretos sociais, trabalhistas, civis e políticos, como afirma Oliveira (2018). Entender que a categoria trabalho implica desenhar melhores caminhos para a formação bacharelada. É recusar uma visão endógena da profissão que esteja desconectada da realidade de seus usuários. Uma atuação que não desconsidere a história presente nas demandas do cotidiano, caso contrário, não conseguirá apresentar e sustentar um projeto profissional que materialize o projeto ético-político hegemônico da profissão.

Os princípios que devem fundamentar a formação acadêmico-profissional, de acordo com Oliveira (2018), deve primar pelo trato teórico, histórico e metodológico rigoroso da realidade social e do servico social; pela adoção de uma teoria critica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de totalidade, particularidade e singularidade; no estabelecimento das dimensões investigativas e interventiva como princípios formativos; pela indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; pela ética como princípio formativo que perpassa a formação curricular; a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. Por tratar-se de um profissional com formação intelectual e cultural, generalista, crítico e comprometido com valores e princípios presentes no Código de Ética do assistente Social.

Concordamos com Koike (2009) que as transformações societárias desencadeadas pelo movimento que as classes sociais realizam para enfrentar as crises do capital suscitam novas exigências para a prática profissional, para o processo de formação e, consequentemente, para a organização dos profissionais. Uma vez que, o capitalismo, busca saídas para os seus próprios limites, e impacta nas políticas e no mundo do trabalho. Não tem sido diferente neste cenário de crise sanitária, com todas a reformas que estamos vendo acontecer no campo do trabalho; da previdência social; da saúde, e particularmente da educação 18.

Devemos considerar as implicações das mudanças nas regras para o financiamento do ensino superior havendo uma retração no Financiamento

¹⁸ Não devemos esquecer da Emenda Constitucional Nº 95 aprovada em 2016, que congelou os investimentos em saúde, educação e assistência social por 20 anos.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Estudantil – FIES¹⁹, e a diminuição nas vagas destinadas ao PROUNI, isto impacta nas instituições privadas, no ensino presencial e a distância. E a diminuição nas bolsas para a graduação e para o mestrado e doutorado²⁰, das instituições públicas, impactando na extensão e na produção de pesquisas. Ambas as implicações citadas interferem no acesso e/ou permanência no ensino superior das camadas mais vulnerabilizadas da sociedade.

Concordamos com Lewgoy (2010) que pensar contemporaneamente a formação profissional requer integrar este complexo debate sobre a relação educação/trabalho. Refletir sobre as formas reificadas que transformam o processo educacional em uma mercadoria. O que exige também debater as atribuições e o significado da profissão de serviço social perante as forças sociais presentes na sociedade e como atividade inscrita na divisão social do trabalho, o que supõe estabelecer uma estreita articulação entre exercício e formação profissional.

Determina que consideremos a trajetória histórica da política de educação e suas contradições na atual conjuntura: com a introdução de novas metodologias de ensino; com os respectivos cortes orçamentários, e a crescente precarização do ensino público; o avanço do ensino privado, do ensino a distância; e com o aumento significativo de cursos de Serviço Social.

No entanto, sem desconsiderar as condições de trabalho docente nas instituições públicas, com o produtivismo exacerbado, e os desafios que os cortes orçamentários impõem a continuidade de produção de conhecimento por meio das pesquisas e na formação de pesquisadores, e renovação de quadro docente. E que nas instituições privadas se reflete nas contratações cada vez mais flexíveis, em que os quadros docentes em sua maioria se constituem de professores horistas, que dependem de formação de turmas para a sua permanência nas instituições.

A formação acadêmico-profissional não deve apenas contemplar a dimensão técnico-científica, mas também, deve ser promotora e difusora de princípios éticos,

²⁰Sobre esta questão verificar a Portaria № 87 de 20 de julho de 2016, que trata do Regulamento para Bolsas no Exterior. A norma autoriza a agência de fomento para cancelar bolsas de pesquisa já concedidas a estudantes de graduação e pós-graduação no exterior, usando como justificativa a restrição orçamentária.















¹⁹Portaria Normativa nº 13, de 11 de dezembro de 2015. Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao primeiro semestre de 2016



TRABALHO ALIENADO, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

capaz de estimular a capacidade crítica, de pensar as relações sociais a partir da sua inserção na realidade social e a formação de quadros intelectuais. As instituições de ensino superior podem exercer esta posição estratégica na formação de identidades sociais e contribuir para o protagonismo no processo de construção de questionamentos críticos e de práticas políticas contestatórias.

5 CONCLUSÃO

Verifica-se que as atuais exigências do mercado no contexto neoliberal incidem sobre a formação profissional, e acarretam uma formação aligeirada, tecnicista voltada para atender as necessidades do mercado de trabalho, incumbindo ao profissional dar respostas as demandas irrefletidas da sociedade.

Portanto, ao considerar todos estes elementos presentes no plano mais geral, uma vez que, a mercantilização da educação é uma consequência do neoliberalismo, que vem se construindo a partir da mudança de paradigma no campo dos direitos sociais, que passam a ser redimensionados para o campo privado, sob a lógica do capital, com um mercado amplo para a oferta e para a procura, em que a oferta pode caber no bolso de cada um.

E no plano particular, quanto à formação em serviço social, nos faz indagar em como materializar as ações previstas pelo Plano Nacional de Educação e as Metas para o Ensino superior, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1996, as resoluções do Conselho Nacional de Educação, assim como, no Projeto Ético Político do Serviço Social em consonância com as diretrizes da ABEPSS. Torna-se urgente pensar uma formação que não atenda apenas ao mercado, mas que também seja crítica e reflexiva, uma formação voltada para a cidadania.

REFERÊNCIAS

ABMES, Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior. PAULO CHANAN PUBLICA ANÁLISE SOBRE DADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2019. Disponível em: https://abmes.org.br/noticias/detalhe/4064/paulo-















<u>chanan-publica-analise-sobre-dados-do-censo-da-educacao-superior-2019</u> Acesso em: outubro de 2020.

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **A Formação em Serviço Social e o ensino remoto emergencial**. Disponível em: https://cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/20210607_Formacao-em-Servico-Social-e-o-Ensino-Remoto-Emergencial.pdf Acesso em junho de 2021.

BERING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social. Fundamentos e história**. Biblioteca básica de serviço social. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 2ª Edição. Campinas, SP: Papiruss, 1988.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Câmara de Educação Superior aprovaram a Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

DALLARI, Dalmo. **Direitos Humanos: Histórico, Conceito e Classificação**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/dalmodallari/textos.htm Acesso em: 25 de maio 2010.

DIAS, Adelaide. **Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo**. In: Educação em direitos humanos: fundamentos teóricosmetodológicos.

Disponível

em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/26 cap 3 artigo 04.pdf
Acesso em novembro 2020.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 3ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

FRIGOTTO, Gaudencio. **Educação e trabalho: bass para debater a educação emancipadora**. Perspectiva, Florianópolis, v.19, nº1, p. 71-87, jan/jun, 2001. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463 Acesso em novembro 2020.

IAMAMOTO, Marilda. Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 15ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOIKE, Maria. Formação profissional em serviço social: exigências atuais. CFESS, ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. BRASILIA, 2009.















LESSA, Sergio. Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007.

LEWGOY, Alzira. Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para formação e exercício profissional. 2ª Edição. São Paulo. Cortez, 2010.

LIBANEO, Jose; OLIVEIRA, João; TOCHI, Mirza. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10 Edição. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Katia.; PEREIRA, Larissa. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em serviço social. Pelotas (Ucpel): Sociedade em debate, 2009. Disponível em: http://pesquisadores.uff.br/academic-production/contra-reforma-na-educa%C3%A7%C3%A3o-superior-brasileira-impactos-na-forma%C3%A7%C3%A3o-profissional Acesso em dezembro 2020.

MOTA, Ana. et al. A nova fábrica de consensos. Ensaios sobre a reestruturação empresarial, trabalho e demandas para o serviço social. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA. Isaura et al. **Trabalho e formação profissional no serviço social: inquietações de uma professora de graduação**. In: A nova morfologia do trabalho no serviço social. São Paulo: Cortez, 2018. Pág. 279 – 292.

PRATTES, Antonio; COLLARES, Ana. Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea: o caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2014.

PERERA, Larissa. Educação Superior e serviço social: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003. Revista Serviço Social e Sociedade Nº 103. Memória do serviço social, Políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2008. Pág. 151 – 173.

PEREIRA, Potyara. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e de direito de cidadania**. *In*: Política Social no Capitalismo: tendencias contemporâneas. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. Pág. 87 – 108.

SILVA, Ricardo. A formação profissional crítica em serviço social inserida na ordem do capital monopolista. Revista Serviço Social e Sociedade Nº 103. Formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2010. Pág. 405 – 432.













